

PERSPECTIVAS POSITIVAS

ROGÉRIO MORI

Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)

APÓS ALGUNS meses de isolamento social, os governos regionais e as prefeituras no Brasil iniciaram um processo de relaxamento gradual. Esse processo não foi acompanhado por uma nova explosão de contágios e óbitos no País, embora algumas regiões tenham entrado em estado de atenção. Tudo indica que o processo de afrouxamento não deverá ser revertido em larga escala no País.

O processo de reabertura tem gerado efeitos positivos na atividade econômica brasileira, e os sinais de recuperação são palpáveis em vários setores. Essa dinâmica levou a uma espécie de descompressão, com um aumento significativo das vendas em segmentos que foram duramente atingidos pelo isolamento social.

Ao que tudo indica, o processo de retomada parece ter algum grau de sustentabilidade, e as perspectivas acerca da economia brasileira não são tão sombrias neste momento quanto aquelas presentes alguns meses atrás, durante o auge do isolamento social e a aceleração de contágios e óbitos no País. Após uma queda expressiva do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre do ano, os sinais indicam que o ritmo da atividade econômica será melhor nos últimos meses do ano. De qualquer forma, o PIB brasileiro deverá recuar cerca de 4,5% neste ano e registrar um crescimento de 3,0% em 2021.

Por trás desse quadro menos sinistro para a economia brasileira, situam-se tanto a política fiscal quanto a política monetária, que se mostraram expansionistas nesse período. De fato, o Governo ampliou significativamente os seus gastos ao longo do ano para fazer frente aos efeitos adversos diretos e indiretos da pandemia com a retração da atividade econômica. Nesse sentido, o auxílio do Governo às famílias foi fundamental não apenas do ponto de vista social, mas também para a atividade econômica.

A contrapartida disso foi uma brutal ampliação do déficit público brasileiro. Tudo indica que o resultado primário do setor público será deficitário em cerca de 11% do PIB neste ano, o que levará a relação dívida pública/PIB para mais de 90% no fim do ano.

É natural que, dadas as circunstâncias excepcionais, o déficit das contas públicas seja maior neste ano. O problema é que as contas públicas brasileiras não apresentavam um bom resultado mesmo antes da pandemia. O resultado atual só agrava um quadro que já não era dos melhores em termos fiscais desde o início do ano.

De fato, desde o início da década passada, o resultado das contas públicas brasileiras registrou uma paulatina deterioração ao longo dos anos. Esse processo foi resultado, predominantemente, do descontrole dos gastos

públicos na primeira metade daquela década, com a queda da arrecadação na segunda metade, resultado da recessão instalada a partir de 2015.

Desde o *impeachment* da presidente Dilma, o governo federal tem feito um esforço de compressão de gastos públicos, o que levou ao comprometimento da capacidade de investimento da União. A reforma previdenciária realizada em 2019 contribuiu para evitar uma deterioração mais acelerada das contas do sistema, mas não corrigiu inteiramente o déficit existente.

A piora do resultado fiscal neste ano ocorre num contexto em que o governo federal parece pouco propenso a realizar um ajuste pelo lado dos gastos públicos e sinaliza para uma nova elevação de impostos. Com isso, a percepção de piora das contas públicas amplia-se e a questão fiscal brasileira torna-se novamente o centro das atenções.

Esse processo coloca em risco a condução da política monetária praticada pelo Banco Central. Os baixos níveis de juros atuais contribuem para a retomada da atividade econômica. A deterioração das contas públicas prejudica a sustentabilidade da dívida pública, colocando em risco os patamares de juros atuais.

Por conta disso, seria recomendável ao Governo, neste momento, retomar a agenda de reformas, com prioridade para a reforma administrativa. ■